



Projeto de Resolução n.º 590/XVII/1.^a

Reduzir permanências hospitalares após alta clínica através do reforço das respostas sociais e dos cuidados continuados e domiciliários

Exposição de motivos:

As situações em que pessoas com alta clínica permanecem internadas por falta de resposta social ou de condições para regressar a casa, constituem hoje um dos principais fatores de bloqueio da capacidade de resposta dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde. De acordo com dados revelados pelo Instituto da Segurança Social¹, até 14 de janeiro de 2026, estavam 734 utentes internados nos hospitais públicos a aguardar por resposta social, e 2034 utentes a aguardar por vaga na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), em todas as tipologias, incluindo cuidados domiciliários, saúde mental e cuidados pediátricos e paliativos.

As principais causas destes internamentos continuam a ser a insuficiência de vagas em respostas sociais residenciais, em especial estruturas para pessoas idosas, e a falta de alternativas no pós-alta, incluindo apoio domiciliário articulado com os serviços de saúde. O Governo dispõe, no entanto, de instrumentos de investimento que podem ser mobilizados para enfrentar este problema, designadamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0), criado para apoiar o desenvolvimento da rede de equipamentos sociais.

Tanto o PRR como o PARES 3.0 preveem investimentos significativos no alargamento da rede de equipamentos sociais, incluindo lares, estruturas residenciais e respostas de proximidade, bem como no reforço dos cuidados continuados e do serviço de apoio domiciliário. Contudo, estes instrumentos não têm sido suficientemente orientados para responder a este tipo de permanências hospitalares, continuando a verificar-se um desfazamento entre a capacidade instalada e as necessidades identificadas nos hospitais.

É necessário, por isso, que o reforço das respostas sociais residenciais, dos cuidados continuados e paliativos e dos cuidados domiciliários seja planeado com o objetivo de reduzir efetivamente estas situações, garantindo vias de saída adequadas para quem já não

¹ [Quase 2.800 utentes aguardam nos hospitais por resposta social ou vaga em cuidados continuados](#), RTP Notícias

necessita de cuidados hospitalares agudos, mas não dispõe de resposta social ou de apoio em casa.

Orientar os investimentos do PRR e do PARES 3.0 para este objetivo é condição essencial para libertar camas hospitalares, melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de dependência e assegurar uma utilização mais eficiente dos recursos do Serviço Nacional de Saúde.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do LIVRE propõe à Assembleia da República que, através do presente Projeto de Resolução, delibere recomendar ao Governo que:

1. Aumente o número de vagas em respostas sociais residenciais, designadamente através do reforço dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência e do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0), garantindo alternativas de acolhimento para pessoas que permanecem internadas nos hospitais apenas por falta de resposta social adequada;
2. Reforce a capacidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, através do aumento do número de unidades e equipas, garantindo vagas suficientes para a referenciação de pessoas que, após o internamento hospitalar, carecem destes cuidados;
3. Desenvolva e expanda respostas de cuidados domiciliários, com equipas multidisciplinares e articulação entre saúde e serviços sociais, permitindo que pessoas com alta clínica possam regressar ao domicílio em segurança.

Assembleia da República, 13 de fevereiro de 2026

As Deputadas e os Deputados do LIVRE

Isabel Mendes Lopes

Filipa Pinto

Jorge Pinto

Patrícia Gonçalves

Paulo Muacho

Rui Tavares